

TRIAGEM DE RISCO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR COMO INSTRUMENTO DE VIGILÂNCIA E IDENTIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADES SOCIAIS

Segurança Alimentar e Nutricional; Vulnerabilidade Social; Vigilância em Saúde

Introdução

A Insegurança Alimentar (IA) constitui importante problema de saúde pública e reflete desigualdades sociais que impactam diretamente as condições de vida e saúde da população. A utilização de instrumentos de triagem possibilita a identificação precoce de famílias em situação de vulnerabilidade, subsidiando o planejamento de ações intersetoriais e o direcionamento de políticas públicas. O estudo teve como objetivo analisar os resultados da Triagem de Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) como instrumento de apoio ao planejamento e à tomada de decisão em saúde, descrevendo o perfil dos domicílios classificados em risco e comparando a prevalência observada com indicadores de referência estadual, regional e nacional.

Métodos

Estudo descritivo, quantitativo, realizado a partir de dados secundários provenientes da aplicação da TRIA em uma área descentralizada de saúde no interior do Ceará composta por 13 municípios entre novembro de 2023 e abril de 2026. Foi analisado o número de domicílios com TRIA aplicada, a frequência e características dos classificados em risco de IA e o perfil dos responsáveis familiares respondentes. Os dados foram submetidos à análise descritiva.

Resultados / Discussão

Foram avaliados 95.316 domicílios, dos quais 9.738 (10,2%) apresentaram risco de IA, abrangendo 30.494 pessoas. A prevalência observada foi semelhante à média estadual (10,3%), inferior à regional (11,1%) e superior à média nacional (6,6%), evidenciando a persistência das desigualdades sociais e alimentares. Entre os domicílios classificados em risco, 51,5% possuíam moradores menores de 18 anos e 15,5% pelo menos uma pessoa com deficiência, indicando a sobreposição de vulnerabilidades sociais e sanitárias. Observou-se que a população em risco de insegurança alimentar é composta majoritariamente por famílias chefiadas por mulheres (74%), com presença de crianças e adolescentes em mais da metade dos domicílios e predominância de pessoas pardas e pretas (83%) entre os responsáveis familiares. Esses resultados sugerem a sobreposição de vulnerabilidades de gênero, raça/cor e composição familiar, que podem intensificar as dificuldades de acesso à alimentação adequada. Além disso, a ampla variação da prevalência de risco entre os municípios (1,4% a 21,6%) evidencia que a insegurança alimentar se distribui de forma desigual, concentrando-se em áreas mais vulneráveis e reforçando a necessidade de intervenções territorialmente direcionadas.

Considerações Finais

A TRIA mostrou-se uma ferramenta relevante para a vigilância da insegurança alimentar e para a identificação de grupos prioritários. Os resultados evidenciam a concentração de vulnerabilidades em famílias com crianças, pessoas com deficiência, mulheres e população parda/preta, além de desigualdades territoriais. O uso sistemático desse instrumento possibilita a produção de informações estratégicas para subsidiar o planejamento, a priorização de territórios e a tomada de decisão no âmbito das políticas públicas de saúde e proteção social, contribuindo para ações mais equitativas e direcionadas às populações em maior situação de vulnerabilidade.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): fome no Brasil 2022. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Brasil, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Portaria Interministerial MDS/MS nº 25, de 1º de março de 2023. Institui a Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA). Brasília: Ministério da Saúde, 2023.